

Digital anthropology:
a virada no antropoceno
para dizer que não estamos mais ou menos
mediados pelo digital

Lairtes Chaves Rodrigues Filho

Mestrando em Comunicação da UFMS,
com período sanduíche na USP.
Jornalista. Bolsista Capes.
E-mail: lairtesc@gmail.com

Recebido: 23 set. 2015

Aprovado: 27 nov. 2015

Editado em 2012 e com uma única edição publicada até agora, Miller e Horst propõem a criação da *digital anthropology* como nova subdisciplina da antropologia e dos estudos da cultura, de maneira que o digital não seja entendido como algo separado do ser humano, como a maioria dos modelos de pensamento tem trazido.

Heather Horst é pesquisadora da Escola de Mídia e Comunicação da Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT University), Austrália; Daniel Miller, professor de antropologia da University College London, Inglaterra. Juntos eles tem proposto abordagens etnográficas para os usos da internet, de aplicativos móveis e smartphones, e realizaram uma pesquisa sobre o que até então, chamavam de antropologia da comunicação (*communicative ecology*), pelo uso dos celulares pelas comunidades pobre da Jamaica (HORST; MILLER, 2006). Desenvolveram, criticamente, como as tradições da cultura local interferiram e moldaram um uso próprio para a tecnologia. Uma das obras que traça o início desse entendimento do digital e tecnológico como parte da cultura, e não como acessório.

A obra tratada nesta resenha reúne 14 textos de Bart Barendregt, Tom Boelstorff, Stefana Broadbent, Lane DeNicola, Adam Drazin, Haidy Geismar, Faye Ginsburg, Heather Horst, Jelena Karanovic, Thomas Malaby, Daniel Miller, John Postill e Jo Tacchi, organizados em quatro partes, além da introdução: posicionando, socializando, politizando e desenhando a *digital anthropology*.

O conjunto de autores considera que o digital deveria e poderia ser altamente eficaz para refletir sobre o que significa ser humano – o objetivo último da antropologia como campo de estudo. Falar sobre *digital anthropology* não é, então, discutir sobre comportamentos novos a partir das tecnologias digitais, mas pensar de maneira sistêmica, complexa e ecológica quem somos e sempre temos sido, ao considerar as tecnologias digitais.

Na introdução, os autores desvelam sua preocupação acerca do problema do termo “digital”, amplamente utilizado para determinar algo puramente matemático e poderia, nessa concepção, oferecer apenas um entendimento técnico da matéria, o que é uma falácia. Nesta obra, o digital é entendido como elemento constitutivo da vida cotidiana das pessoas, como agente (trans)formador das culturas. Não existe uma cultura digital específica, mas o digital como parte das culturas.

Essa subdisciplina, que na verdade propõe uma ampliação do campo antropológico, se sustentaria a partir de seis princípios, evidenciados nas discussões de cada um dos textos seguintes:

1. O primeiro é de que o digital intensifica em si mesmo a natureza dialética da cultura e, portanto, deve-se *definir o digital por meio da dialética*. Digital, porque tudo pode ser reduzido ao código binário e pode produzir uma proliferação adicional de particularidade e diferença, estas últimas, agentes dessa natureza, com suas relações intrínsecas positivas e negativas.
2. O segundo princípio é de que a humanidade não está um pouco mais mediada pela ascensão do digital, e deve-se *considerar a cultura e o princípio da falta autenticidade*. A disciplina permitiria progredir no grau em que o digital nos habilita a entender e expor a natureza emoldurada da vida pré-digital ou analógica enquanto cultura, e falha quando caímos vítimas para um discurso mais amplo e romantizado que pressupõe uma maior autenticidade ou realidade do pré-digital.
3. Comprometimento com o holístico, a fundação das perspectivas antropológicas sobre a humanidade; de fato, a necessidade de *transcender o método através do princípio holístico*. Cada etnografia foca sobre um mundo constituído dentro de um projeto etnográfico único, mas também mais amplo de mundo que impactam em ambos sobre a transcendência do quadro e da cena. Cada prática e usos locais do digital representa a cultura humana com um todo e ao mesmo tempo, as significações, tradições e valores de um grupo específico. São rupturas e reforços de modos de vida que incluem o digital como parte do todo cotidiano e do modo de ser.

4. Importância do *relativismo cultural* e da natureza global do nosso encontro com o digital, negando assumir que o digital não é homogeneizante (necessariamente) e que dá *voz e visibilidade* para aqueles que foram “periferizados” pela modernidade perspectivas similares. Ora, como evidenciam os autores, a internet de algum lugar não é simplesmente uma versão menor da Internet – como espaço, a Internet é sempre um local de invenção dos seus usuários, e a partir dos usos que cada povo, cada grupo, faz desses espaços digitais é que se pode entender que a pluralidade da cultura está evidenciada. É necessário olhar atento para o que está acontecendo com comunidades e sujeitos que ganham voz e visibilidade pela primeira vez, a partir dos canais de vídeo e das redes sociais. Se, de um lado, vemos indígenas ocupando tais espaços para repercutir denúncias e registrar suas identidades, de outro, encontramos a visibilização de intolerância, machismo, assédio etc. A internet, tal como temos vivenciado, não é homogeneizante global, mas acentua, intensifica as diferenças locais no globo e traz à tona, ao dar voz, valores e comportamentos por vezes ocultos pelos ditames sociais da esfera pública; mesmo sem a proximidade física, ideia antes sem espaço se unem com grupos legitimadores transnacionais.
5. Ambiguidade essencial da cultura digital, que aumenta em suas próprias *aberturas e fechamentos*, da qual emergem, desde a política até a privacidade, até a autenticidade da ambivalência. Abertura e fechamento se relacionam prioritariamente aos limitadores da vida pública: dados. O acesso a informações NFSW (*Not safe for work*), a cedência de dados pessoais como lista de amigos e interesses para acessar redes sociais que não são tão gratuitas quanto propõem o real significado da *deep web* para os governos, a pirataria, o crime; a confiança absoluta (cada vez mais obrigatória e imposta) nas tecnologias de internet banking – as coisas ficam cada vez menos palpáveis, no entanto, igualmente materiais. As vigilâncias e ferramentas de controle (e posse) dos dados das pessoas são disputadas por indústrias, países e geram comportamentos próprios para casa usuário. São trocas de informações pessoais por acessos e informações públicas.
6. Reconhecimento da *materialidade* das palavras digitais, que não são nem mais nem menos materiais que as palavras que as antecedem. O digital, como toda a cultura material, é mais que um substrato; está se tornando parte do que nos faz humanos. A mobilidade e o (re)entendimento do espaço são reflexos dessa materialidade, como exemplo do que acontece pelas ferramentas de georreferenciamento em smartphones. Uma única ferramenta garante funcionalidades que interferem nas sugestões de locais próximos para comer (Google), amigos próximos para conversar (Facebook), ou ainda, a possíveis parceiros de relacionamento (Tinder). As relações humanas (em suas possibilidades e linguagem) não deixaram de acontecer, mas incorporaram outros elementos em sua própria dinâmica, como cultura.

Esses princípios trazem uma mudança de paradigma na forma como a pesquisa social, incluindo as do campo da comunicação, tem tratado a presença do digital. Mediação e midiatização não podem ser os únicos termos presentes para entendermos as modificações que a presença do digital, considerando que não é suficiente entender sobre o que ou como fazemos, produzimos, consumimos etc. Mas, é preciso mergulhar sobre a complexidade do que isso representa a partir da inferência do digital: quem somos?

A *digital anthropology* também nos permite pensar a reorganização das fronteiras e dos domínios pela tecnologia: o que, na prática, tem conduzido efeitos transnacionais. Na medida em que há considerável dominação da língua inglesa nas redes (inclusive nas linguagens de programação), há a expansão de práticas regionais de *softwares* livres, construídos para as realidades locais.

A sacudida que Horst e Miller fazem é de que os estudos de mídia digital não podem reproduzir demografias de países apenas como dominação cultural. É necessário estar mais próximo da realidade do mundo, com todos os elementos de resistência, de interpretação, ressignificação. Etnografias que considerem o digital para além das áreas produtoras/exportadoras de tecnologia precisam ser consideradas

É interessante pensar o caminho inverso do que se tem defendido nos estudos sobre o digital na comunicação e no jornalismo. Resta a crítica para entender o que está representando o “problema” de dar voz a todos, com a implicação das múltiplas outras vozes que compõem quase que geologicamente as camadas desse *digital game*: a voz do etnógrafo, o senso da própria voz, a mudança imediata das relações verticais para horizontais. A comunicação digital como objeto ganha outra vestimenta se estudada a partir da cultura. Não se trata de entender o que o jornalismo e as indústrias de mídia precisa fazer nesse tempo, mas buscar questionar em primeiro lugar, de que maneira a cultura digital faz parte e modifica o que nos torna humanos e, a partir de então, o que isso representa para nossas atividades.

Referência

HORST, Heather; MILLER, Daniel (ed.). **Digital anthropology**. Berg: London, 2012. 328 p.

_____. **The cell phone**: an anthropology of communication. Berg: Oxford, 2006.